

Os militares e o indigenismo

Uma história de um século



ROQUE DE BARROS LARAIA

No dia 12 de outubro de 1908, o então diretor do Museu Paulista, Herman von Ihering, um cientista alemão radicado no Brasil, publicou no jornal *O Estado de S. Paulo*, um artigo propondo o extermínio dos índios Caingangues e Xoclengues, que enfrentavam o avanço dos brancos tanto no Estado de São Paulo como no do Paraná, afirmando:

“Se se deseja salvar os índios por motivos humanitários é preciso que se tomem primeiro as medidas necessárias para que não sigam perturbando o progresso da colonização. Claro que todas as medidas que sejam empregadas devem ajustar-se a este princípio em primeiro lugar: se deve defender os brancos contra a raça vermelha. Qualquer catequese com outro fim não serve. Por que não tentar imediatamente? Se a tentativa não der resultado algum, se foram satisfeitas as tentativas humanitárias, então,

sem voltar a prestar ouvidos às imprecizações enfáticas e ridículas de extravagantes apóstolos humanitários, proceda-se como o caso exige, isto é, extermine os refratários à marcha ascendente de nossa civilização, visto que não representam elementos de trabalho e de progresso.”

A solução final proposta por von Ihering despertou uma grande reação pública. A Academia de Ciência, o Instituto Histórico e Geográfico, a imprensa e os diferentes setores da comunidade nacional elevaram as suas vozes em defesa dos indígenas. O sentimento nacionalista, presente no movimento indianista e também no positivista, levou os manifestantes a solicitar medidas do governo para proteger os “primeiros brasileiros”. E, no meio militar, surgiu uma forte reação, sob a liderança do Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon.

Desde a década anterior, Rondon estava empenhado em estender linhas telegráficas em todo o então longínquo oeste. No transcurso de seu trabalho, teve a oportunidade de entrar em contato com numerosos grupos indígenas. Tomou, então, todas as providências para que esses encon-



tros se realizassem sempre de maneira pacífica, adotando o lema que impunha aos seus subordinados: “Morrer, se necessário for; matar, nunca.”

Finalmente, em 7 de setembro de 1910, o governo brasileiro criou o Serviço de Proteção aos Índios. Rondon foi o seu primeiro diretor. A partir daí numerosos oficiais do Exército ocuparam cargos tanto no extinto Serviço de Proteção aos Índios quanto na atual Fundação Nacional do Índio. Portanto, pode-se dizer que foi com Rondon e seus companheiros que se iniciou algo que se pode denominar de indigenismo militar.

Rondon contava com o apoio de numerosos militares, entre os quais se destacavam os nomes de Amílcar Botelho de Magalhães (mais tarde, autor de uma biografia de Rondon), Antônio Martins Estigarribia, Vicente de Paula Fonseca Valadares, Nicolau Horta Barbosa, Alípio Bandeira, Júlio Caetano Horta Barbosa, o primeiro a estabelecer contato com os índios nhambiquaras, Boanerges Lopes de Souza, responsável pelos primeiros contatos pacíficos com os Caingangues do Estado de São Paulo, e Pedro Rabelo, que iniciou os contatos com os índios urubus-caapores,

em 1911. Além dos militares, Rondon contava com o apoio de diversos civis: o professor Luiz Bueno Horta Barbosa, da Escola Politécnica de São Paulo, que abandonou a carreira docente para dedicar-se ao Serviço de Proteção aos Índios; o Dr. José Maria de Paula e José Maria da Gama Malcher, tendo este último permanecido no SPI por quase meio século, prestando relevantes serviços à causa indígena.

Rondon e seus companheiros tiveram de enfrentar diversas situações de perigo. Como ele próprio nos conta no seguinte trecho: “Os então 1º Te. Nicolau Bueno Horta Barbosa – o dedicado ajudante e provecto engenheiro-militar, primaz na constância de sua colaboração nos trabalhos do sertão, o qual ainda hoje, como tenente-coronel da Reserva do Exército, convocado, presta serviços inestimáveis como chefe da Inspetoria de São Paulo e do Sul do Mato Grosso – e o aspirante-a-oficial Tito de Barros – ora oficial superior da mesma Reserva – ambos no exercício de funções concernentes à construção da linha telegráfica entre as estações de Juruena e Nhambiquara, foram flechados pelos índios desta última

Pelotão de Infantaria de Selva pronto para cumprir a missão.

denominação, em pleno peito. Fiel ao nosso lema, o Tenente Nicolau, comprimindo o ferimento donde brotava abundante, tão generoso sangue brasileiro, não consentiu de modo algum que perseguissem nem atirassem contra os silvícolas e, ao contrário, mandou empilhar presentes, destinados aos agressores, no próprio local em que



Rondon em uma de suas expedições.

eles o hostilizaram” (cf. Cândido Mariano da Silva Rondon, *in* Índios do Brasil do Centro, Noroeste e Sul do Mato Grosso, vol. 1, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Rio de Janeiro, 1946, página 6).

Outros fatos como esse, mostram a disciplina e a coragem dos subordinados de Rondon ao não revidar os ataques indígenas.

É um deles, Luiz Bueno Horta Barbosa, que comenta esse procedimento: “Ninguém jamais poderá imaginar quanta força moral precisa um homem despendar para dominar a insuportável irritação nervosa causada pelo fato de sentir-se incessantemente cercado, vigiado e estudado nos seus menores atos, por gente que ele não pode ver, de quem nem sabe o número, a quem não quer molestar nem rechazar, mas antes agradecer e atrair, e que no entanto só procura o instante

propício para o assaltar e matar” (*in* Relatório da Inspeção do SPI, em São Paulo, 1912). No decorrer dos últimos 100 anos, o Exército, como as duas outras forças, tem entrado em contato com numerosos povos indígenas, no cumprimento de sua missão de defender a extensa fronteira nacional. Esse contato decorre do fato de que numerosas populações indígenas, nos últimos séculos, foram empurradas para as regiões mais longínquas do país pelo avanço de diferentes frentes pioneiras da sociedade nacional, fato esse estudado por muitos trabalhos antropológicos.

Como antropólogo, dedicado ao estudo da etnologia brasileira, tenho tido algumas oportunidades de constatar a presença militar em diferentes situações. No início dos anos 1960, realizando pesquisa de campo no Parque Nacional do Xingu, entre os índios camaiurás, o meu acesso somente foi possível graças ao apoio da Força Aérea Brasileira, por meio do Correio Aéreo Nacional, que me proporcionou o transporte para uma área então praticamente inacessível por outros meios. Foi, então, que pude verificar a importância da FAB no atendimento de urgência de indígenas, vitimados por acidentes ou doenças graves. Posteriormente, tomei conhecimento de que unidades da Marinha prestam um relevante serviço às populações ribeirinhas, entre elas indígenas, do extenso vale amazônico.

Mas foi no final dos anos 1990, quando a serviço da Funai – onde trabalhei por um curto período – que tive a oportunidade de conhecer mais efetivamente o papel do Exército nas regiões fronteiriças do país. Na região da Terra Indígena Raposa e Serra do Sol, em um deslocamento por várias aldeias indígenas, testemunhei o interesse dos jovens Macuxis, assediando um suboficial presente, ansiosos em saber quando seria possível se alistarem no Exército. O interessante

é que esses jovens, por dispositivo constitucional, não são obrigados ao serviço militar, a não ser como voluntários. E é nessa condição que desejam servir no Exército, porque consideram o serviço como uma oportunidade de aprendizado de diversos ofícios que lhes serão úteis na convivência que têm com os demais segmentos da sociedade nacional. É necessário recordar que um índio pode ter uma participação na sociedade majoritária, sem abandonar os seus padrões culturais e suas crenças.

Assim, não me surpreendi muito, quando cheguei a Normandia, um pequeno povoado de Roraima, na fronteira com a Guiana Inglesa. No Pelotão de Fronteira, cujo grito de guerra é “Selva”, constatei que a maioria dos soldados eram índios da etnia Macuxi. A fenotípia indígena deles contrastava com a do jovem capitão, oriundo do sul do Brasil.

No almoço, o capitão falou com entusiasmo de seus comandados: o desembaraço com que atravessam a selva; a capacidade que têm de viver no mato, alimentando-se dos recursos da própria floresta; a habilidade de se movimentarem na mata fechada sem serem percebidos por um hipotético inimigo.

Um outro oficial presente lembrou que são 16 mil quilômetros de fronteiras. Na maior parte delas, o único indicativo da soberania nacional são os pelotões de fronteiras. É verdade, concordei, mas acrescentei que também existem os 41 postos indígenas que servem como um marco da presença do Estado naquela região. E, além disso, mesmo nas aldeias desprovidas de postos, existe por parte dos índios a consciência de pertencimento ao Brasil.

Porém, como paisano que sou, não contive a minha admiração por esses jovens militares, com suas famílias, que abrem mão das comodi-

dades de suas cidades origem para servir ao país em lugares muito remotos. Sei, agora, que existem postos mais difíceis que o de Normandia. Lugares muito mais isolados.

Todos aqueles que servem ao país na Amazônia ficam expostos a uma série de perigos. Os que não conhecem essas paragens imaginam que o perigo maior são os animais selvagens. Ignoram que a ameaça maior decorre das numerosas doenças tropicais, sendo a malária a mais comum, responsável por uma alta taxa de mortalidade a cada ano. E existe sempre a possibilidade de surtos de viroses, pouco conhecidas, como a febre de Lábrea, que nos anos 1970 atingiu a região de Humaitá.

Viver em regiões tão desprovidas de conforto, com muito raras oportunidades de entretenimento, pode ter o tédio como consequência. Por isso é comum os militares e seus familiares ocuparem o tempo com ações voluntárias junto às populações regionais.

Transcorrido um século da publicação do artigo de von Ihering e, principalmente, da reação de um grupo de oficiais do Exército, a mudança histórica significativa foi o maior distanciamento das fronteiras. O que acontecia, então, no noroeste do Estado de São Paulo ou no centro do Mato Grosso ocorre atualmente em regiões muito mais distantes. Mas, de qualquer forma, hoje como ontem, os militares desempenham um importante papel no indigenismo brasileiro, seguindo as pegadas do velho marechal que ostentava em sua face os traços de seus antepassados.

.....
O PROFESSOR ROQUE DE BARROS LARAIA é natural da cidade de Pouso Alegre, em Minas Gerais. É bacharel em história pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor em Ciência (Sociologia) pela Universidade de São Paulo. Concluiu estágio de Pos/Doc na Universidade de Sussex, Inglaterra, em 1997. Autor de vários livros, cujo tema principal está voltado para a cultura indígena, área em que realizou diversas pesquisas sobre os índios do Pará, Mato-Grosso e Maranhão. Atualmente é membro do Conselho do Patrimônio Cultural/IPHAN.